

## CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

<b>XV Legislatura</b>	<b>Reunião n.º 35</b>
<b>1.ª Sessão Legislativa</b>	<b>Data: 2023.06.07</b>
<b>2022/2023</b>	<b>Hora: 10:30 — 12:15</b>
<b>Ordem de Trabalhos: Agendamentos</b>	

### MESA DA AR

<b>Presidente</b>	Augusto Santos Silva
<b>Vice-Presidente</b>	Edite Estrela
<b>Secretários</b>	Maria da Luz Rosinha
	Duarte Pacheco
	Palmira Maciel
<b>Vice-Secretários</b>	—

### GOVERNO

<b>Ministra da Presidência</b>	Mariana Vieira da Silva
--------------------------------	-------------------------

### GRUPOS PARLAMENTARES

<b>PS</b>	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
<b>PSD</b>	João Moura
	Catarina Rocha Ferreira
<b>CH</b>	Pedro Pinto
<b>IL</b>	Rodrigo Saraiva
<b>PCP</b>	Paula Santos
<b>BE</b>	Pedro Filipe Soares

### DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

<b>PAN</b>	Inês Sousa Real
<b>L</b>	Rui Tavares

**Direção de Apoio Parlamentar:** Ana Paula Bernardo  
**Divisão de Apoio ao Plenário:** Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à reunião da Conferência de Líderes (CL) com a revisão dos agendamentos fixados para a quinzena em curso, até 16 de junho.

Neste contexto, deu nota de que o GP do PSD tinha informado que o tema da sua fixação da ordem do dia, marcada para a sessão plenária do dia 15 de junho, incidirá sobre o tema «Dignidade e bem-estar da pessoa idosa», e não sobre «Saúde» como anteriormente informado, e que será preenchido com iniciativas (3 projetos de lei e 2 projetos de resolução), já apresentadas, aceitando arrastamentos.

O PAR salientou ainda que o GP do PCP tinha informado ter obtido o acordo de todos os GP e DURP para passar o agendamento do seu Projeto de Resolução n.º 662/XV/1.<sup>a</sup> da sessão plenária do dia 6 para a do dia 16 de junho, por troca com o Projeto de Lei n.º 324/XV/1.<sup>a</sup> (PSD). Tendo o Deputado Pedro Delgado Alves (PS) questionado sobre a possibilidade de fazer arrastamentos com a iniciativa do GP do PCP, apesar de já se encontrar ultrapassado o respetivo prazo, a Líder do GP do PCP respondeu que as regras para o efeito não tinham sofrido qualquer alteração, mas não se opunha a essa possibilidade. Não havendo oposição, os arrastamentos com a referida iniciativa ficaram de ser feitos até à sexta-feira seguinte, 9 de junho.

O Líder do GP da IL suscitou uma questão relacionada com a conjugação de trabalhos parlamentares no dia 14 de junho, uma vez que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à Tutela Política da Gestão da TAP, podendo reunir ao mesmo tempo que o Plenário, vai fazer audições que coincidem com a discussão dos Projetos de Inquérito n.ºs 8/XV/1.<sup>a</sup> (IL) e 9/XV/1.<sup>a</sup> (CH), cujo objeto está relacionado com essa CPI. Assim, defendeu a troca deste ponto da ordem do dia da referida sessão plenária com o ponto das declarações políticas, no que foi secundado pelo Líder do GP do CH. A Líder Parlamentar do GP do PCP opôs-se à alteração da ordem de trabalhos dessa sessão, fixada na anterior reunião da CL em que idêntica discussão tinha já tido lugar. A Deputada Catarina Rocha Ferreira (GPPSD) questionou se o pedido de alteração da ordem de trabalhos exigia unanimidade. O PAR esclareceu que as decisões tomadas só podiam ser ultrapassadas por consenso.

Relativamente à sessão plenária do dia 16 de junho e ao debate com a participação da Presidente do Parlamento Europeu (PE) Roberta Metsola, o

PAR referiu que, se não houvesse objeções, colocaria a bandeira da União Europeia (UE) na Sala das Sessões, uma vez que a Deliberação n.º 6-PL/2022, sobre a utilização da referida bandeira na Assembleia da República, o permite. Apenas a Líder do GP do PCP entendeu mais adequado manter a Sala das Sessões como se encontra, não se colocando a bandeira da UE. O PAR aludiu ainda aos convites que foram feitos para essa sessão e referiu que no final do debate se faria uma pausa de 10/15 minutos antes de se passar ao ponto seguinte da ordem do dia para reorganização da sala.

Entrando nos agendamentos a fazer nesta CL, o PAR indicou que os mesmos podiam ser feitos para os dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de junho, mas adiantou que estavam já requeridos vários agendamentos potestativos para essas datas. Assim, o GP do BE pretendia fazer uma interpelação ao Governo na sessão plenária do dia 21 de junho; o GP do CH um debate de atualidade, sobre tema a indicar, no dia 22 de junho; o GP do PCP uma interpelação ao Governo no dia 28 de junho; o GP do BE uma fixação da ordem do dia a 29 de junho, sobre o tema a indicar, e o GP da IL uma interpelação ao Governo no dia 30 de junho. Nessa medida, só havia disponibilidade para agendamento na parte da sessão plenária do dia 22 e na sessão plenária do dia 23 de junho.

Antes de prosseguir com os agendamentos para as datas possíveis, o PAR chamou a atenção para que no dia 22 de junho se comemorava o Dia Nacional da Liberdade Religiosa, que devia ser assinalado em Plenário, e propôs que, para esse efeito, se iniciasse a sessão do referido dia com a leitura de um voto, com eventual votação no próprio dia, com prévia verificação de quórum, o que não teve objeções.

Sendo imperativo agendar na presente CL a apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2022, o debate preparatório do próximo Conselho Europeu de 29 e 30 de junho e ainda um pedido de inclusão na ordem do dia e votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 169.º do Regimento, por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) relativamente à sua Proposta de Lei n.º 60/XV/1.<sup>a</sup> — *Cria o Estatuto do Estudante Deslocado Insular*, foi deliberado agendar os mesmos para o dia 22 de junho, após o debate de atualidade requerido pelo GP do CH.

A Deputada Catarina Rocha Ferreira (GPPSD) deu nota de que o seu GP pretendia fazer o arrastamento de um projeto de resolução com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2022.

O Deputado Pedro Delgado Alves (GPPS) esclareceu que não havia lugar a arrastamentos com o RASI, que é apenas discutido e não votado. Defendeu ainda que relatórios como o do Provedor de Justiça ou o RASI são de apreciação de um determinado período, regra geral anual, de avaliação passada, ao contrário, por exemplo, do Programa de Estabilidade que tem uma componente prospetiva, de avaliação futura. O Líder Parlamentar do GP do BE acrescentou que o debate dos relatórios deve incidir sobre estes e não sobre iniciativas, cuja discussão, a fazer-se em simultâneo com aqueles, desvalorizaria a apreciação dos relatórios em Plenário. Admitiu, no entanto, que – havendo espaço de agenda - se pudesse fazer separadamente a discussão de iniciativas que os tenham por objeto.

A Deputada Catarina Rocha Ferreira questionou se o arrastamento poderia fazer-se por consenso, mas o GP do PS não deu acordo, reforçando que o arrastamento incide sobre iniciativas e não sobre relatórios. Ainda assim o GP do PSD solicitou que os serviços pudessem estudar o assunto e verificar os antecedentes do debate sobre o RASI, tendo o PAR referido que analisaria esses precedentes.

Perante a escassez de datas para agendamentos, o PAR prosseguiu questionando a Ministra da Presidência sobre as iniciativas que o Governo necessita que sejam debatidas até ao final de junho. A Ministra da Presidência indicou para agendamento comum as Propostas de Lei n.ºs 76 e 83/XV/1.<sup>a</sup> (GOV) e solicitou prioridade para o agendamento das Propostas de Lei n.ºs 89 e 91/XV/1.<sup>a</sup> (GOV), foi deliberado agendar todas essas propostas de lei para a sessão plenária do dia 23 de junho.

Tendo sido recebido o parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas sobre a Proposta de Resolução n.º 11/XV/1.<sup>a</sup> (GOV) - *Aprova as Emendas de 2016 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho*, o PAR propôs o agendamento da respetiva discussão, sem tempos, como tem sido habitual, e posterior votação, na sessão plenária do mesmo dia 23 de junho.

A Ministra da Presidência deu ainda nota de que o Governo entregará à AR, até 19 de junho, duas propostas de lei sobre as ordens profissionais (e não três como chegara a adiantar), em cumprimento do disposto na Lei-quadro das associações públicas profissionais (Lei n.º 12/2023, de 28 de março), meta do Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR). Foi acordado que ocorrendo a entrega até essa data o respetivo agendamento na generalidade se poderá fazer a 19 de julho, dia das votações finais. A Líder Parlamentar do GP do PCP, não se opondo a esse agendamento, chamou a atenção para a necessidade de a AR ter tempo suficiente para fazer as audições necessárias em matérias que estão a ser alvo de contestação e que são sensíveis e questionou a Ministra sobre onde se encontrava inscrita a temática como compromisso PRR. A Ministra referiu que teria gosto em partilhar com a CL a decisão sobre as metas PRR. O Deputado Pedro Delgado Alves recordou o Grupo de Trabalho criado na 10.ª Comissão (consequência da referida Lei-quadro) e referiu que as audições a fazer sobre as propostas de lei das ordens profissionais deverão ser enquadradas no contexto do mesmo.

O Deputado único representante do L, tendo em conta o avizinhar de feriados nacionais e municipais, suscitou questão sobre a possibilidade de adaptação do prazo para arrastamentos, adiando-o até à próxima 4.ª feira, dia 14 de junho, ao fim do dia. O Deputado Pedro Delgado Alves lembrou que só estavam em causa os arrastamentos com as propostas de lei do Governo e da ALRAM, uma vez que não tinha havido espaço para agendamentos dos GP. Não houve objeções.

Encerrando este ponto, o PAR informou que na quinzena seguinte, antes da interrupção dos trabalhos, a primeira semana de julho estava já totalmente reservada com uma Interpelação ao Governo do GP do BE, no dia 5, uma fixação da ordem do dia, do GP do PSD, no dia 6, a preencher com a apresentação de iniciativas legislativas e aceitando arrastamentos e, uma outra, do GP do PCP, no dia 7 de julho, sobre tema a indicar.

O Deputado Pedro Delgado Alves sugeriu a marcação de uma sessão plenária adicional na primeira semana de julho para agendamento de uma iniciativa por GP, com grelha D, antes do final da sessão. Ficou indicativamente previsto que haverá um plenário extra no dia 4 de julho, à tarde, para agendamentos dos GP, a fazer na próxima CL.

## **Eleições para órgãos externos**

O PAR deu conta de que não tinham sido recebidas quaisquer candidaturas para as eleições para órgãos externos marcadas na última CL para a sessão plenária do dia 7 de junho, situação que colocava em causa o prestígio da AR e estava a prejudicar o funcionamento de alguns dos órgãos externos em causa, obrigando à manutenção em funções de membros cujos mandatos tinham terminado há muito.

A Deputada Catarina Rocha Ferreira assegurou que o seu GP estava em condições de apresentar os respetivos candidatos, e referiu que o GP do PS também tinha um suplente em falta na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA). O Deputado Pedro Delgado Alves referiu que a necessidade de eleger um suplente só se coloca faltando o efetivo, o que não era o caso.

Foi deliberado reagendar as eleições para a CADA, para o Conselho de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) e para o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social para o dia 23 de junho.

## **Outros assuntos**

### **Votação das propostas de lei de autorização legislativa**

Seguidamente, o PAR deu nota de que têm sido suscitadas, junto da Mesa, questões sobre a votação das propostas de lei de autorização legislativa que no guião de votações constam, em regra, nas três votações (generalidade, especialidade e votação final global), de acordo com uma praxe muito antiga.

Sendo uma praxe parlamentar, sem enquadramento regimental, a Mesa entende que, perante qualquer manifestação de vontade dos GP no sentido de não se realizarem as três votações, a praxe pode ser ultrapassada e a proposta de lei de autorização legislativa baixará à comissão competente. Do mesmo modo, o facto de ocorrerem três votações não impede a apresentação de propostas de alteração na especialidade em Plenário, como já aconteceu. O entendimento mereceu consenso unânime.

Ainda a este respeito, o Líder Parlamentar do GP do BE recordou que tinha havido grande reflexão em anteriores legislaturas sobre o alcance das

propostas de alteração sobre propostas de lei de autorização legislativa e que tinha ficado definido que estas só podem incidir sobre o respetivo texto e não sobre os seus anexos (decretos-lei autorizados que as devem acompanhar).

### **Dia da Liberdade Religiosa**

O PAR informou que convidou a Comissão da Liberdade Religiosa para se associar às celebrações do dia 22 de junho e que visitará, na manhã desse dia, o Centro Inter-religioso, para o que convidou os GP que o quiserem acompanhar. Informou ainda que será apresentado, na AR, no mesmo dia, às 19h, o último Relatório sobre a Liberdade Religiosa no Mundo, produzido pela Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, e, no dia 28 de junho, um Colóquio sobre Democracia e Liberdade Religiosa com o Juiz Conselheiro Sousa Brito e a Provedora de Justiça, Lúcia Amaral.

### **Visita ao Parlamento do Reino Unido a convite do Speaker**

O PAR referiu que se fará acompanhar na visita ao Parlamento do Reino Unido por Deputados dos GP do PS, PSD, PCP e BE, solicitando que, se possível, os Deputados indicados fossem também membros do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Reino Unido, nomeadamente o seu Presidente.

### **Processos de averiguações**

O PAR prosseguiu dando conta das conclusões do inquérito que solicitara sobre os termos em que tinham sido feitas gravações de conversas privadas no dia 25 de abril na Sala de Visitas da Presidência. Informou que essas conclusões foram no sentido de que não houvera alterações face a práticas ocorridas na AR em anos anteriores, pelo que não se verificara qualquer infração por parte de funcionários parlamentares, conclusão com a qual concordou. Referiu ainda que também era sugerida a alteração das normas sobre a tomada de imagem e som em espaços mais reservados, termos em que solicitou ao Secretário-Geral a apresentação de propostas de afinação das regras aplicáveis, a vigorar a partir da próxima sessão legislativa. Entretanto, as gravações no Gabinete e na Sala de Visitas do PAR carecem de autorização expressa.

Terminou este ponto dando também conta das diligências tomadas relativamente ao comportamento na AR do visitante *Youtuber* Tiago Paiva. Assim, informou que tinha solicitado ao Auditor Jurídico da Assembleia da República parecer sobre a eventual relevância penal dos factos ocorridos, tendo este considerado que a factualidade em causa era suscetível de relevar, em abstrato, para efeito do crime de ofensa a organismo que exerce autoridade pública previsto e punível pelo Código Penal, pelo que tinha feito a pertinente participação à Procuradoria-Geral da República, a 26 de maio.

### **Próxima Conferência de Líderes**

A próxima CL foi agendada para o dia 21 de junho, às 11h.

### **Agendamentos**

#### **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.07 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Debate de atualidade requerido pelo GP do PSD, sobre «Água - recurso em risco».**

**Tempos:** Grelha própria.

**Proposta de Lei n.º 74/XV/1.ª (GOV):** — Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2023-2025.

**Projeto de Lei n.º 804/XV/1.ª (PCP):** — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal

(Primeira alteração à Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal).

**Projeto de Lei n.º 805/XV/1.ª (PCP):** — Estabelece medidas de reforço da investigação criminal e da jurisdição penal como prioridades da política criminal

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 75/XV/1.ª (GOV):** — Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e Processo Tributário e o regime das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social.

**Projeto de Lei n.º 796/XV/1.ª (PAN):** — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas.

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Resolução n.º 636/XV/1.ª (IL):** — Reformulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE+).

**Projeto de Lei n.º 592/XV/1.ª (IL):** — Reforma do sistema de acesso à informação administrativa, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.

**Projeto de Lei n.º 801/XV/1.ª (PAN):** — Atribui carácter vinculativo às deliberações da CADA emitidas em resposta a queixas dos particulares, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.14 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

### Declarações políticas.

**Inquérito Parlamentar n.º 8/XV/1ª (IL):** — Comissão Eventual de Inquérito à Atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS).

**Inquérito Parlamentar n.º 9/XV/1ª (CH):** — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para avaliação da atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), bem como da tutela política governamental destas instituições.

**Tempos:** Grelha D.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.15 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

**Agendamento Potestativo requerido pelo GP do PSD,** sobre «Dignidade e bem-estar da pessoa Idosa» incidindo sobre as seguintes iniciativas legislativas:

**Projeto de Lei n.º 815/XV/1.ª (PSD):** — Alargamento do número de vagas comparticipadas nas respostas sociais dirigidas aos idosos e estender ao setor privado essa comparticipação quando a rede pública/social não consegue dar resposta.

**Projeto de Lei n.º 816/XV/1.ª (PSD):** — Altera o estatuto do cuidador informal - Primeira alteração à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprova o Estatuto de Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

**Projeto de Lei n.º 817/XV/1.ª (PSD):** — Criação de Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para as Pessoas Idosas do Conselho Económico Social e alteração das competências e composição da Rede Social.

**Projeto de Resolução n.º 758/XV/1.ª (PSD):** — Garantir as respostas sociais e a sustentabilidade financeira das Instituições do Setor Social e Solidário.

**Projeto de Resolução n.º 759/XV/1.ª (PSD):** — Reforço do serviço de apoio domiciliário.

**Tempos:** Grelha A.

## Votações

### REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.16 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

**Visita e debate com a presença da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola,** ao abrigo da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 16.º do Regimento.

**Tempos:** PAR - 5 minutos, PPE - 5 minutos, L - 2 minutos, PAN – 2 minutos, BE – 5 minutos, PCP – 5 minutos, IL – 5 minutos, CH – 5 minutos, PSD – 5 minutos, PS – 5 minutos, PPE – 10 minutos.

**Projeto de Lei n.º 742/XV/1.ª (BE):** — Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade.

**Projeto de Lei n.º 793/XV/1.ª (PCP):** — Alargas as formas de pagamento do Apoio Extraordinário às Famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-lei n.º 21-A/2023, de 28 de março.

**Projeto de Lei n.º 800/XV/1.ª (CH):** — Adita o apoio aos desempregados de longa duração ao conjunto de prestações sociais mínimas cumuláveis com o apoio extraordinário previsto no Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março).

**Projeto de Lei n.º 802/XV/1.ª (PAN):** — Garante o acesso a apoios sociais a pessoas sem conta bancária à ordem, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março

**Tempos:** Grelha D.

**Projeto de Resolução n.º 662/XV/1.ª (PCP):** — Medidas imediatas de apoio aos sectores agrícola e pecuário para combate aos efeitos da seca.

**Projeto de Lei n.º 797/XV/1.ª (L):** — Cria um Plano Nacional de apoio à Agricultura de Precisão.

**Projeto de Resolução n.º 146/XV/1.ª (CH):** — Reforça o apoio aos agricultores portugueses no âmbito da Seca.

**Projeto de Resolução n.º 380/XV/1.ª (IL):** — Reforma do regadio.

**Projeto de Resolução n.º 672/XV/1.ª (PSD):** — Recomenda ao Governo medidas de apoio ao sector agrícola face aos efeitos da seca de 2023.

**Projeto de Resolução n.º 699/XV/1.ª (PS):** — Promover a alocação de incentivos dirigidos ao setor agrícola, no âmbito do PRR, para melhoria da eficiência hídrica, energética e reforço da economia circular.

**Projeto de Resolução n.º 713/XV/1.ª (PAN):** — Recomenda ao Governo a criação de incentivo à produção de culturas de leguminosas.

**Projeto de Resolução n.º 721/XV/1.ª (PAN):** — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias de minimização dos efeitos da seca.

**Projeto de Resolução n.º 728/XV/1.ª (CH):** — Recomenda ao Governo a implementação imediata de medidas de apoio aos setores agrícola e pecuário, visando combater os impactos decorrentes da seca.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**

### **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.21 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Interpelação ao Governo requerida pelo GP do BE,** cujo tema será indicado oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

### **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.22 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Debate de atualidade requerido pelo GP do CH,** cujo tema será indicado oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

**Debate preparatório do Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro,** [ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia].

**Tempos:** Grelha própria.

**Proposta de lei n.º 60/XV/1.ª (ALRAM):** — Cria o Estatuto do Estudante Deslocado Insular.

**Tempos:** Grelha D.

**Apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2022.**

**Tempos:** Grelha própria.

## REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.23 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

### **Eleições para os seguintes Órgãos externos:**

- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) – 2 membros;
- Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida – 4 membros;
- Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social – 4 membros.

**Proposta de Lei n.º 76/XV/1.ª (GOV):** — Completa a transposição da Decisão-Quadro 2002/584/JAI e das Diretivas 2010/64/UE, 2012/13/UE e 2013/48/UE, relativas ao processo penal e ao mandado de detenção europeu.

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 83/XV/1.ª (GOV):** — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/1883, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado.

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 89/XV/1.ª (GOV):** — Transpõe a Diretiva 2011/93/UE relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e amplia o âmbito do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência

**Tempos:** Grelha D.

**Proposta de Lei n.º 91/XV/1.ª (GOV):** — Estabelece regimes excepcionais de exercício do direito de voto em mobilidade e do direito de voto antecipado para a eleição do Parlamento Europeu a realizar em 2024.

**Tempos:** Grelha D.

**Votações regimentais.**

## **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.28 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Interpelação ao Governo requerida pelo GP do PCP**, cujo tema será indicado oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

## **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.29 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS**

**Agendamento potestativo requerido pelo GP do BE**, cujo tema será indicado oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

## **REUNIÃO PLENÁRIA-2023.06.30 (SEXTA-FEIRA) 10:30 HORAS**

**Interpelação ao Governo requerida pelo GP da IL**, cujo tema será indicado oportunamente.

**Tempos:** Grelha própria.

**Votações regimentais.**

A próxima reunião da Conferência de Líderes realizar-se-á no dia 21 de junho, pelas 11 horas.

A Deputada Secretária da Mesa,  
(Maria da Luz Rosinha).

## CALENDARIZAÇÃO

<b>JUNHO 2023</b>			
<b>DIA 07</b>	<b>QUARTA-FEIRA</b>	<b>CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>10:30 HORAS 15:00 HORAS</b>
<b>DIA 08</b>	<b>QUINTA-FEIRA</b>	<b>FERIADO</b>	
<b>DIA 09</b>	<b>SEXTA-FEIRA</b>	<b>CONTACTO COM O ELEITORADO</b>	
<b>DIA 12</b>	<b>SEGUNDA-FEIRA</b>	<b>CONTACTO COM O ELEITORADO</b>	
<b>DIA 13</b>	<b>TERÇA-FEIRA</b>	<b>FERIADO</b>	
<b>DIA 14</b>	<b>QUARTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>15:00 HORAS</b>
<b>DIA 15</b>	<b>QUINTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>15:00 HORAS</b>
<b>DIA 16</b>	<b>SEXTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>10:00 HORAS</b>
<b>DIA 19</b>	<b>SEGUNDA-FEIRA</b>	<b>JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP</b>	
<b>DIA 20</b>	<b>TERÇA-FEIRA</b>	<b>JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP</b>	
<b>DIA 21</b>	<b>QUARTA-FEIRA</b>	<b>CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>11:00 HORAS 15:00 HORAS</b>
<b>DIA 22</b>	<b>QUINTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>15:00 HORAS</b>
<b>DIA 23</b>	<b>SEXTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>10:00 HORAS</b>
<b>DIA 26</b>	<b>SEGUNDA-FEIRA</b>	<b>JORNADAS PARLAMENTARES DO PS</b>	
<b>DIA 27</b>	<b>TERÇA-FEIRA</b>	<b>JORNADAS PARLAMENTARES DO PS</b>	
<b>DIA 28</b>	<b>QUARTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>15:00 HORAS</b>
<b>DIA 29</b>	<b>QUINTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>15:00 HORAS</b>
<b>DIA 30</b>	<b>SEXTA-FEIRA</b>	<b>REUNIÃO PLENÁRIA</b>	<b>10:30 HORAS</b>